



SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

DESPACHO Nº 0695/2024/DIRECON
Processo nº 00200.008623/2024-50

Assunto: Inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

Objeto: "O papel para conservação e restauro gráfico".

Órgão Demandante: SGIDOC.

Decisão: Autorizada a contratação do objeto por inexigibilidade de licitação.

Senhor Diretor-Executivo de Contratações em exercício,

1. Trata-se de pretensão para contratação de 5 inscrições no treinamento "O PAPEL PARA CONSERVAÇÃO E RESTAURO GRÁFICO", por inexigibilidade de licitação, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021¹.
2. A aludida contratação visa atender à demanda da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação – SGIDOC, formalizada por meio das Solicitações de Treinamento Externo anexado ao NUP 00100.070147/2024-14.
3. No documento NUP 00100.092120/2024-82, consta Mapa de Risco da Contratação, e no documento NUP 00100.105964/2024-09-2 as informações do conteúdo do curso e currículo do palestrante, relativo à notória especialização da pretensa contratada.

¹ **Lei nº 14.133/2021, Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: [...] **Inciso III** – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...] **f**) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

4. Não há Estudo Técnico Preliminar, pois este é dispensado para contratações de capacitação externa aberta ao público, conforme § 6º do art. 3º do Anexo II do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022².
5. A pretensa contratada, **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI)**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.774.819/0014-19, encaminhou proposta comercial no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para o objeto em comento, válida até 02/09/2024³.
6. A Coordenação Administrativa e Financeira – COADFI elaborou o Termo de Referência nº 54/2024⁴, contendo o conjunto de informações necessárias para a caracterização do objeto, realizou pesquisa de preços⁵, bem como analisou a documentação referente à notória especialização e à regularidade do preço ofertado⁶.
7. A Coordenação de Controle e Validação de Processos – COCVAP, por meio do Ofício nº 352/2024-COCVAP/SADCON⁷, atestou que os requisitos formais do processo foram devidamente cumpridos e ratificou a pesquisa de preços realizada pelo Órgão Técnico.
8. A Advocacia do Senado Federal – ADVOSF analisou os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais da contratação ora pretendida, manifestando-se favoravelmente com recomendações por meio do Parecer nº 452/2024-ADVOSF⁸.
9. A Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário – COPAC informou que há disponibilidade orçamentária no exercício de 2024 para custear a despesa⁹.
10. Por fim, a COCDIR manifestou-se conclusivamente por meio do Relatório Conclusivo nº 044/2024-COCDIR/SADCON¹⁰. Quanto a tal ato de instrução, cumpre salientar que se encontra fora da alçada daquela unidade a avaliação quanto à suficiência das justificativas apresentadas pelo órgão demandante acerca da necessidade de contratação do objeto e da quantidade solicitada, bem como quanto às razões que orientam a escolha do fornecedor e sua notória especialização, e à justificativa do preço da contratação, haja vista tratar-se de conteúdo indissociável da análise de mérito que deve nortear a autorização da contratação por inexigibilidade de licitação.
11. Anexas ao documento *retro*, certidões de estilo e consultas a sistemas governamentais indicam a regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, bem como a ausência de impedimentos legais para contratar com a Administração.
12. Por meio do Despacho nº 312/2024-COADFI/ILB¹¹, o Órgão Técnico prestou informações acerca do item (temática, subárea, unidade ou ação) do Plano Anual de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF) que contém o orçamento previsto para a ação

² **ADG 14/2022, Anexo II, Art. 3º, § 6º** Será dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas contratações necessárias à participação e à inscrição de servidores em ação de capacitação externa aberta ao público.

³ **Proposta comercial:** NUP 00100.105964/2024-09-2. p6

⁴ **Termo de Referência nº 54/2024-COADFI/ILB:** NUP 00100.106012/2024-02.

⁵ **Pesquisa de preços:** NUP 00100.105964/2024-09-3.

⁶ **Ofício nº 312/2024-COADFI/ILB:** NUP 00100.105964/2024-09.

⁷ **Ofício nº 352/2024-COCVAP/SADCON:** NUP 00100.107247/2024-11.

⁸ **Parecer nº 452/2024-ADVOSF:** NUP 00100.115971/2024-19.

⁹ **Informação nº 464/2024-COPAC/SAFIN:** NUP 00100.116465/2024-39.

¹⁰ **Relatório Conclusivo nº 044/2024-COCDIR/SADCON:** NUP 00100.117808/2024-82.

¹¹ **Despacho nº 312/2024-COADFI/ILB:** NUP 00100.105964/2024-09.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

requerida, bem como sobre o controle orçamentário da despesa prevista no PCASF, demonstrando que há saldo disponível para fazer frente à presente demanda.

13. Fazendo uso do Despacho nº 2533/2024-DGER¹², a Diretoria-Geral – DGER registrou a análise dos requisitos estabelecidos pela Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal¹³ e autorizou a participação dos requerentes na referida ação de capacitação externa.

14. Dessa maneira, os autos foram encaminhados a esta Diretoria-Executiva de Contratações – DIRECON para deliberação quanto à contratação da promotora do evento.

15. Eis o que cumpre relatar.

16. Passa-se à análise da contratação direta pretendida, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), à luz da legislação e do interesse público.

17. *Ab initio*, importa colacionar os requisitos formais previstos pela Nova Lei de Licitações (NLL) para todas as contratações diretas, os quais foram listados em seu art. 72, bem como aqueles previstos pelo Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 14/2022, que estabelece, no âmbito do Senado Federal, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

18. Assim, são requisitos formais para a contratação direta por inexigibilidade de licitação com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 da NLL:

- a. **Formalização da demanda:** o inciso I do artigo 72 da NLL¹⁴ determina que os processos de contratação direta devem possuir Documento de Formalização de Demanda (DFD), assim como o *caput* do art. 8º do ADG nº 14/2022, que determina, ainda, que essa formalização seja feita no Sistema Integrado de Contratações – SENiC¹⁵.
- b. **Estudo Técnico Preliminar, Solicitação de contratação e inclusão no Plano de Contratações:** o Estudo Técnico Preliminar (ETP) é facultativo à luz do referido inciso I e fora dispensado para a presente contratação com espeque no § 6º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022¹⁶. Outrossim, de acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2019 do Comitê de Contratações¹⁷, as despesas com inscrições de

¹² Despacho nº 2533/2024-DGER: NUP 00100.118272/2024-12.

¹³ [RASF](#), Anexo IV.

¹⁴ Lei nº 14.133/2021, Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **Inciso I** – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

¹⁵ [ADG nº 14/2022](#), Art. 8º As demandas que venham a implicar abertura de processos de contratação, exceto acionamento de Ata de Registro de Preços (ARP), deverão ser formalizadas pelo Órgão Demandante por meio da Central de Serviços ou do Sistema Integrado de Contratações do Senado Federal – SENiC.

¹⁶ [ADG nº 14/2022](#), Anexo II, Art. 3º, § 6º Será dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar nas contratações necessárias à participação e à inscrição de servidores em ação de capacitação externa aberta ao público.

¹⁷ Boletim Administrativo do Senado Federal número 6831, Seção 2, de 02 de maio de 2019.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal, de maneira a conferir maior celeridade ao procedimento.

- c. **Análise de riscos:** o inciso I do artigo 72 da NLL, c/c com o *caput* do dispositivo, prevê que essa análise seja devidamente documentada, o que internamente foi disciplinado pelo art. 15 do ADG em comentário¹⁸.
- d. **Termo de Referência:** todos os processos de contratação direta de bens e serviços comuns necessitam de Termo de Referência, em observância ao inciso I do artigo 72 da NLL e, por força do art. 13 do normativo interno, deve ser elaborado pelo Órgão Técnico¹⁹.
- e. **Proposta comercial:** o inciso I do § 2º do artigo 16 do ADG nº 14/2022 prevê que deve constar dos autos "proposta comercial da pretensa contratada dentro do prazo de validade".
- f. **Documentos que comprovem a situação de inexigibilidade de licitação e consequente escolha do fornecedor:** a "razão de escolha do contratado", conforme requerido pelo inciso VI do artigo 72 da Nova Lei de Licitações e pelo inciso II do § 2º do artigo 16 do ADG nº 14/2022, no presente caso é atendida mediante a juntada de documentos que comprovem a existência de notória especialização na ação de capacitação pretendida, observado o § 3º do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021²⁰.
- g. **Valor estimado da contratação e justificativa de preço:** o atendimento aos requisitos previstos incisos II (estimativa de despesa) e VII (justificativa de preço) do artigo 72 da Nova Lei de Licitações²¹, em processos de inexigibilidade de licitação, devem ser analisados conjuntamente, sendo o primeiro tratado internamente como a aferição de razoabilidade do preço ofertado pela pretensa contratada por meio de pesquisa de preços para objetos semelhantes, e o segundo, como a verificação da regularidade desse preço, ambos devendo ser realizados

¹⁸ **ADG nº 14/2022, Art. 15.** Ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, o Mapa de Riscos, quando couber, deverá ser atualizado no SENiC pelo Órgão Técnico, o qual deverá identificar e avaliar os demais riscos da contratação, bem como indicar as ações adequadas para seu tratamento e monitoramento.

¹⁹ **ADG nº 14/2022, Art. 13.** O Termo de Referência ou Projeto Básico conterá informações detalhadas do objeto e o seu valor estimado, devendo ser elaborado pelo Órgão Técnico de acordo com as normas estabelecidas pelo Anexo III deste Ato.

²⁰ **NLL, Art. 74, § 3º** Para fins do disposto no inciso III do *caput* deste artigo, o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

²¹ **Lei nº 14.133/2021, Art. 72.** O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] **Inciso II** – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; [...] **Inciso VII** – justificativa de preço.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

conforme os procedimentos listados no art. 23 da NLL, *caput* e §§ 1º e 4º²², e nos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022²³.

- h. **Verificação preliminar:** o cumprimento das formalidades até então descritas é verificado no momento em que o processo é encaminhado à Secretaria de Administração de Contratações – SADCON para instrução, em respeito ao *caput* do art. 17 do ADG nº 14/2022²⁴.

²² **Lei nº 14.133/2021, Art. 23.** O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. **§ 1º** No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não: **Inciso I** – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); **Inciso II** – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; **Inciso III** – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; **Inciso IV** – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; **Inciso V** – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. [...] **§ 4º** Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

²³ **ADG nº 14/2022, Art. 14, § 5º** O valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado na forma do §6º deste artigo. **§ 6º** A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: **Inciso I** – por meio da comprovação da razoabilidade de preços, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado; **Inciso II** – por meio da comprovação da regularidade de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas. **§ 7º** Na impossibilidade de se estimar o valor do objeto na forma descrita no inciso I do § 6º deste artigo, o Órgão Técnico deverá justificar a sua inviabilidade. **§ 8º** Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico. **§ 9º** Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretensa contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico.

²⁴ **ADG nº 14/2022, Art. 17.** Na verificação preliminar serão analisados os requisitos formais do processo, em especial a existência de [...].





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

- i. **Instrumento contratual:** a Advocacia do Senado Federal, por força do Parecer nº 157/2024-ADVOSF²⁵, passou a reconhecer que a substituição do instrumento de contrato por documentos mais simplificados é admissível sempre que o valor do contrato estiver abaixo dos limites estipulados para dispensa de licitação, conforme definido pelos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Esta flexibilização é aplicável independentemente da natureza do objeto contratual, do prazo de vigência, da presença ou ausência de obrigações futuras, e do método utilizado para a seleção do contrato, seja ele um processo licitatório, contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de contratação.
- j. **Parecer jurídico:** previsto no inciso III do artigo 72 da NLL²⁶ e indispensável para as contratações do Senado Federal, conforme disposto no art. 22 do ADG *retro*²⁷.
- k. **Previsão de recursos orçamentários:** o inciso IV do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 requer a “demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido”, formalidade também prevista no art. 23 do ADG nº 14/2022²⁸.
- l. **Requisitos de habilitação:** a “comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária”, conforme previsão do inciso V do artigo 72 da NLL, no presente caso compreende a verificação de regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, bem como a ausência de impedimento legal para contratar com a Administração.
- m. **Manifestação conclusiva da SADCON:** ao encerrar a instrução do processo de contratação direta, a SADCON deve manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos legais nos autos, em atendimento ao § 2º do artigo 54 do ADG nº 14/2022²⁹.

²⁵ Parecer nº 157/2024-ADVOSF: NUP 00100.039158/2024-27.

²⁶ Lei nº 14.133/2021, Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: [...] **Inciso III** – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

²⁷ ADG nº 14/2022, Art. 22. Todos os processos que visem a uma contratação, independentemente do instrumento que a formalizará, serão submetidos à análise jurídica pela ADVOSF previamente à deliberação pela autoridade competente para os fins de que trata o art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021.

²⁸ ADG nº 14/2022, Art. 23. Previamente ao encaminhamento dos autos para deliberação pela autoridade competente, a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade - SAFIN deverá se manifestar a respeito da disponibilidade ou previsão orçamentária para atender à contratação.

²⁹ ADG nº 14/2022, Art. 54. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser, com apoio do Órgão Técnico, instruído pela SADCON, em conformidade com as disposições deste Ato, da Lei nº 14.133, de 2021, e da legislação de regência. **§ 1º** A análise da conformidade jurídica da contratação direta, nos termos do §4º do art. 53 da Lei nº 14.133, de 2021, será realizada pela ADVOSF, notadamente quanto à observância dos requisitos legais e regulamentares, bem como à incidência dos entendimentos jurisprudenciais aplicáveis e adequados às circunstâncias do caso concreto. **§ 2º** Observado o disposto no § 1º deste artigo, o setor da SADCON responsável pela instrução do processo de contratação direta





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- n. **Autorização da autoridade competente:** a “autorização da autoridade competente” para a contratação direta, prevista no inciso VIII do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, é o ato administrativo que irá se materializar com o presente expediente, caso assim se decida.
- o. **Divulgação da autorização de contratação direta:** em cumprimento ao parágrafo único do artigo 72 da NLL³⁰, bem como ao inciso II do § 2º do artigo 59 do ADG nº 14/2022³¹, essa divulgação deverá ser realizada na sequência da instrução processual, se autorizada a contratação direta.

19. Considerando os documentos carreados aos autos, listados anteriormente no relatório, verifica-se que a formalização da demanda no SENiC não foi atendida.

20. Quanto ao tema, importa lembrar a decisão do Comitê de Contratações no sentido de que *“as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal”*. Assim, resta prejudicada a utilização do SENiC para a formalização da presente demanda, tendo em vista que esse procedimento, quando realizado no sistema, visa à inclusão de uma contratação no Plano. Nada obstante, a obrigatoriedade de constar dos autos Documento de Formalização de Demanda, prevista no inciso I do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, deve ser observada.

21. A Lei nº 14.133/2021 não definiu conceitualmente o documento, tampouco elencou requisitos deste, delegando a competência para regulamentar a matéria ao Poder Executivo, que o fez por meio do Decreto nº 10.947, de 2022, merecendo destaque:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

[...]

IV - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o plano de contratações anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

[...]

Art. 8º Para elaboração do plano de contratações anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda no PGC com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;

II - descrição sucinta do objeto;

III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

deverá, ao encaminhar os autos à deliberação superior, manifestar-se conclusivamente quanto à presença dos pressupostos estabelecidos nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do art. 72 e, conforme o caso, nos §§ 1º a 5º do art. 74 ou nos incisos do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, resguardada à autoridade competente a análise do mérito administrativo da contratação.

³⁰ **Lei nº 14.133/2021, Art. 72, parágrafo único.** O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

³¹ **ADG nº 14/2022, Art. 59, § 2º** Em relação às contratações diretas, a SADCON deverá providenciar: **inciso II** – a disponibilização do ato de autorização da contratação direta exarado pela autoridade competente: **a)** no Portal da Transparência do Senado Federal; **b)** no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades do órgão ou da entidade;

VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pelo órgão ou pela entidade contratante;

VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e

VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

22. De pronto, percebe-se que o objetivo do documento é registrar nos autos a necessidade de contratação. No âmbito do Senado Federal, em processos de capacitação externa isso é feito por meio do Formulário de Solicitação de Treinamento Externo que, além de alumiá-la a necessidade do treinamento para a unidade requisitante, também expõe a descrição sucinta do objeto, quantidade a ser contratada, indicação da data, área requisitante e responsável. Ressalta-se, ainda, que para esse tipo de contratação não há que se falar em estimativa preliminar do valor da contratação, grau de prioridade ou dependência com outra contratação. Primeiro porque o valor já é conhecido, depois porque o grau de prioridade é mecanismo inerente ao Plano de Contratações e, por fim, é contratação que independe de outras.

23. Dessa maneira, opina-se no sentido de que a formalização da demanda, em processos de contratação para inscrição de servidores em ações de capacitação externa aberta ao público, é realizada por meio do Formulário de Solicitação de Treinamento Externo, mesmo juízo consignado pela Advocacia do Senado Federal à p.11 do Parecer nº 452/2024-ADVOSF³².

24. **Conclusão, esta Assessoria Técnica não vislumbra qualquer pendência de requisito formal a ser sanada neste momento da instrução processual.**

25. Feita a necessária digressão, passa-se à análise de mérito do caso concreto.

26. Fazendo uso de informações prestadas pelo órgão demandante na Solicitação de Treinamento Externo, a COADFI elaborou o Termo de Referência nº 54/2024-COADFI/ILB³³, do qual se extrai:

1.1 Definição do objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a solicitação para inscrição de 05 (cinco) servidores (abaixo) da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC) no treinamento externo "O PAPEL PARA CONSERVAÇÃO E RESTAURO GRÁFICO", que será realizado pela empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no período de 29 de julho a 02 de agosto de 2024, na modalidade presencial, na cidade de São

³² Parecer nº 452/2024-ADVOSF: NUP 00100.115971/2024-19.

³³ Termo de Referência nº 54/2024-COADFI/ILB: NUP 00100.106012/2024-02.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

Paulo/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

- 1) Alessandra Ferrari - matrícula 424453;
- 2) Charlley Fernandes dos Santos - matrícula 333363;
- 3) Iran da Silva Santos - matrícula 333375;
- 4) Priscila Rocha Gomes de Souza - matrícula 328770;
- 5) Roberto Ricardo Carlos Grosse Júnior - matrícula 255960.

1.2.1 Descrição da situação atual

1.2.1.1. O núcleo de preservação de acervos físicos, tem a responsabilidade de monitorar as condições de guarda dos documentos sob a guarda da Coordenação de Arquivo bem como orientar o manuseio de documentos e encadernados em suporte papel. O curso, o papel para conservação e restauro gráficos " promovido por uma instituição com tamanha expertise como o SENAI certamente contribui para a formação e atualização das técnicas de conservação e preservação de documentos dos servidores do Senado Federal com essa atribuição.

1.2.2 Justificativa para a quantidade a ser contratada

1.2.2.1. A equipe do núcleo de preservação de acervo físicos- NPRESERVA é atualmente formada por um gestor do núcleo, arquivista, uma gestora assistente e 6 servidores comissionados, restauradores, todos envolvidos diretamente em atividades de monitoramento das condições de guarda dos documentos bem como manuseio e intervenções pontuais nos mesmos. Será de grande valia a participação de todos os inscritos, para nivelamento da equipe no que se refere ao conhecimento adquirido no curso.

1.2.3 Justificativa para a escolha do fornecedor

1.2.3.1. O curso proposto se enquadra no Art.13 como treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. O curso caracteriza-se como de natureza singular devido a especificidade do assunto a ser tratado, que diz a respeito as áreas de museus, arquivos e bibliotecas. Além de permitir aos participantes aprendizado técnico, a partir de conhecimentos teórico e prático referente à conservação e preservação de documentos e dos acervos. Com mais de 80 anos de atuação, o SENAI-SP supera 1 milhão de matrículas anuais, abrangendo desde cursos para a qualificação básica até a pós-graduação, nas modalidades presencial, semipresencial e online. São 92 unidades de formação profissional distribuídas em todo o estado de São Paulo, além de 78 escolas móveis, que levam soluções customizadas para a indústria. A instituição oferece soluções em inovação e tecnologia, atuando nas mais diversas áreas de competência, como alimentos e bebidas, biotecnologia, energias renováveis, manufatura avançada e logística, reunindo profissionais qualificados e infraestruturas tecnológicas, como o Centro de Conectividade, o Laboratório de CyberSegurança, e o OpenLab da Indústria 4.0. Na área de empreendedorismo industrial, atua com programas de aceleração de startups, de inovação aberta, intraempreendedorismo e cultura inovadora,





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

com soluções para indústrias de todos os portes e setores.
 Missão: Promover o desenvolvimento sustentável do país, elevando a competitividade da indústria, por meio da educação profissional e da inovação e tecnologia.
 Visão: Ser reconhecido pela oferta de formação profissional de padrão global.

<https://www.sp.senai.br/o-senai>

O instrutor que ministrará o curso é especialista em sua respectiva área, conforme demonstram o currículo e demais documentos comprobatórios.

1.2.4 Resultados esperados com a contratação

1.2.3.3. Os cargos/especialidades dos servidores comissionados são. Conservadores e Restauradores de bens culturais, além do servidor efetivo como analista legislativo, gestor de núcleo. Dentre as atividades laborais, estão aquelas relacionadas à área de conhecimento "Preservação e conservação" de acervos culturais. Essa área abarca o conhecimento a respeito dos procedimentos de prevenção e armazenagem de documentos e livros e que tem nas suas atribuições monitorar as condições de guarda e estado de conservação dos documentos, visando proteger a integridade física do suporte em papel, dos usuários, servidores, colaboradores e pesquisadores.

O curso proposto se alinha às necessidades de capacitação profissional e de atuação dos servidores, uma vez que é imprescindível o conhecimento relativo à segurança dos acervos e guarda permanente dos documentos históricos e legislativos da Casa, abrangendo de forma ampla a conservação preventiva de documentos para a posteridade.

27. A partir das informações acima transcritas, o Órgão Demandante e o Órgão Técnico defendem a pertinência da capacitação ora pleiteada e o atendimento às necessidades da Administração.

28. Quanto à notória especialização e escolha do fornecedor, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, § 3º, o conceito da pretensa contratada no campo da sua especialidade foi demonstrado por meio da indexação de atestado de capacidade técnica emitido pela Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná- ARQPEP, currículo e certificado de Bacharelado do palestrante. Tais documentos permitem inferir que o trabalho do fornecedor é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação da necessidade de treinamento apresentada e salientou³⁴ ainda, *“tratar-se de empresa destacada em seu ramo de atuação e que já foi contratada recentemente pelo Senado Federal tendo por objeto a participação de servidores em curso similar (“Conservação de Livros e Documentos”)*”.

29. Ainda sobre a notória especialização, a ADVOSF registrou, à p.10 de seu parecer³⁵, que:

[...]

³⁴ Despacho nº 312/2024-COAFI/ILB: NUP 00100.105964/2024-09.

³⁵ Parecer nº 452/2024-ADVOSF: NUP 00100.115971/2024-19.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

Além disso, foram juntadas documentações com o intuito de comprovar a notória especialização do professor do curso, Célio Robusti, sendo elas o seu currículo lattes (docs. nos 00100.070147/2024-14-19 e 00100.105964/2024-09-2, p. 21) e o certificado de conclusão de curso de Bacharelado em Ciências com Habilitação em Química com Atribuições Tecnológicas (doc. nº 00100.105964/2024-09-2, p. 20).

Ademais, o processo foi instruído com 1 (um) atestado de capacidade técnica (doc. nº 00100.105964/2024-09-1, p. 8) e ficha do produto, com informações acerca do curso e conteúdo programático (doc. nº 00100.070147/2024-14-13), todos com o intuito de demonstrar a sua notoriedade e experiência.

Dessa forma, considerando a documentação incluída nos autos, a autoridade competente tem elementos suficientes para justificar o enquadramento desta contratação na situação de inexigibilidade da alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/21.

[...]

30. Nessa linha, considerando a relevância do evento para a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores do Senado Federal, considerando a justificativa apresentada no Termo de Referência, considerando a declaração e os documentos fornecidos pelo Órgão Demandante e pelo Órgão Técnico, os quais detêm o conhecimento técnico para aferição de dados curriculares de palestrantes e para reconhecimento da especialização destes ou da promotora do evento, e em consonância com o parecer da ADVOSF, é possível depreender o atendimento do requisito legal de notória especialização.

31. Quanto ao valor ofertado ao Senado Federal, a proposta comercial é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para contratar 5 (cinco) inscrições para o treinamento externo “O PAPEL PARA CONSERVAÇÃO E RESTAURO GRÁFICO” a ser realizado pela empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no período de 29 de julho a 02 de agosto de 2024, na cidade de São Paulo/SP.

32. Da leitura detalhada dos requisitos previstos nos incisos II (estimativa de despesa) e VII (justificativa de preço) do artigo 72 da Nova Lei de Licitações, bem como daqueles listados no art. 23 da NLL, *caput* e §§ 1º a 4º, e nos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022, verifica-se que, para se estimar o valor da contratação e justificá-lo, é necessário que constem do processo:

I. Para se obter o valor estimado da contratação:

a) **Proposta comercial:** de acordo com o § 5º do art. 14 do ADG nº 14/2022, “o valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado”.

II. Para comprovar a razoabilidade do preço:

Preço razoável: preço compatível com os valores praticados no mercado por outros fornecedores.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

- a) **Pesquisa de preços:** deve ser realizada para objetos similares junto ao mercado relevante e estar baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI do ADG nº 14/2022; **e**
- b) **Atesto do órgão técnico:** a similaridade dos itens da pesquisa de preços em relação àquele a ser contratado deve ser expressamente atestada pelo Órgão Técnico, dada a *expertise* temática que detém; **ou**
- c) **Justificativa da inviabilidade de comprovar a razoabilidade:** caso seja inviável a comprovação da razoabilidade de preços utilizando-se de pesquisa de preços para objetos semelhantes, o Órgão Técnico deve demonstrar essa inviabilidade por meio de justificativa expressa.

III. Para comprovar a regularidade dos preços:

Preço regular: preço regular com os valores cobrados de outros clientes pelo fornecedor a ser contratado.

- a) **Apresentação de três documentos idôneos capazes de comprovar a regularidade do preço ofertado para o mesmo objeto:** os documentos devem ser em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até um ano anterior à data de envio. Devem demonstrar que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas; **ou**
- b) **Apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza:** os documentos devem conter as especificações técnicas que demonstrem a similaridade entre os objetos contidos nos documentos e o objeto pretendido pelo Senado Federal, e devem vir acompanhados de justificativa expressa da pretensa contratada quanto à impossibilidade de envio de três documentos referentes ao mesmo objeto. Por analogia, é preciso ter, no total, três documentos, podendo haver a combinação entre objetos idênticos e semelhantes; **e**
- c) **Aferição do Órgão Técnico quanto à similaridade dos objetos:** caso a proponente encaminhe documentos referentes a objetos semelhantes, cabe ao Órgão Técnico aferir a aludida semelhança; **ou**
- d) **Justificativa da pretensa contratada:** caso a proponente não seja capaz de encaminhar o mínimo de três documentos idôneos referentes ao mesmo objeto ou objetos semelhantes, deverá apresentar justificativa expressa para essa impossibilidade, cuja pertinência deverá ser analisada conclusivamente pelo Órgão Técnico.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

33. Volve-se agora à **razoabilidade** do preço ofertado sob a ótica do ADG nº 14/2022, em seu artigo 14, § 6º, inciso I, c/c § 7º do mesmo artigo³⁶.
34. Da análise dos documentos, verifica-se que a razoabilidade do preço ofertado não pôde ser comprovada por meio de Pesquisa de Preços para objetos similares, nos termos do inciso I do § 6º do artigo 14 do ADG nº 14/2022.
35. Diante de tal realidade e a fim de atender ao § 7º do referido artigo, o Órgão Técnico assim justificou a inviabilidade de se comprovar a razoabilidade do preço ofertado³⁷:

"No entanto, vale ressaltar que a comprovação da razoabilidade do preço ofertado ao Senado Federal deve levar em consideração que cada evento tem sua composição de custo própria, cujo valor final será definido segundo inúmeras variáveis (local de realização do evento, carga horária, remuneração dos palestrantes, número de participantes, materiais eventualmente oferecidos, etc.). Como comparar preços de eventos tidos como "similares" sem o conhecimento pleno dos elementos de formação do preço final? O que fazer quando a pesquisa resultar apenas em valores abaixo daquele cotado para o Senado? É possível se concluir pela inadequação do valor pela simples comparação do valor da inscrição? Não nos parece adequado. A nosso ver, a razoabilidade do preço deve ser aferida pela comparação do valor ofertado ao Senado Federal em comparação com valor cobrado junto a outros interessados para participação no mesmo evento, conforme definido no ADG 14/2022, art. 14, § 6º, inciso II. Acontece que o Inciso I do mesmo artigo e parágrafo, estabelece que a razoabilidade do preço deverá levar em consideração, também, os preços praticados no mercado, observada a similaridade do objeto, que deverá ser atestada pelo órgão técnico. Sendo assim, após realizada pesquisa, identificamos as contratações relacionadas acima, sendo que, no entanto, as características do objeto possam diferir daquela aqui pretendida pelas razões já anteriormente expostas, não podendo, porém, representar, por si só, impeditivo à contratação, nos parecendo mais razoável considerar tais aspectos dentro do contexto ora apresentado."

36. Quanto ao tema, ressalta-se que esta Assessoria Técnica já se manifestou em outras oportunidades no sentido de que a razoabilidade do preço de uma ação de capacitação externa aberta ao público é inerente à sua própria realização, uma vez que o próprio mercado é

³⁶ **ADG 14/2022, art. 14, § 6º** - A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: I - por meio da comprovação da **razoabilidade de preços**, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado; [...] **§7º** Na impossibilidade de se estimar o valor do objeto na forma descrita no inciso I do § 6º deste artigo, o Órgão Técnico deverá justificar a sua inviabilidade.

³⁷ **Despacho nº 312/2024 – COADFI/ILB.** NUP 00100.105964/2024-09





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

capaz de parametrizar a razoabilidade do preço, embargando, por falta de quórum, as ações cujos preços julgue elevados.

37. Ato contínuo, olha-se agora à **regularidade** do preço ofertado sob a ótica do ADG nº 14/2022, em seu artigo 14, § 6º, inciso II, c/c § 8º e § 9º do mesmo artigo³⁸.

38. Em resumo, a empresa enviou no total 9 (nove) documentos referentes a treinamento ministrados por ela, em seu nome e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, todos idôneos. Contudo, 1 (um) documento é referente a treinamento similar em conteúdo e tempo para servidores do Senado Federal, mas foi emitido com CNPJ distinto daquele da proposta. Já os demais, foram emitidos com o mesmo CNPJ da proposta, mas para treinamentos de natureza e valor distinto. Por fim, a empresa não enviou documento referente ao mesmo curso a ser contratado pelo presente processo:

Treinamento Externo	Cliente	Quant alunos	Preço por aluno	Preço Total
Em contratação: O papel para conservação e restauro gráfico. 29/7/24 a 2/8/24	Senado Federal	5	R\$ 1.800,00	R\$ 9.000,00
Conservação de Livros e Documentos 24 a 28 de julho de 2023	Senado Federal	08	R\$ 1.375,00	R\$ 11.000,00
Fabricação de papel e celulose	Papirus	10	R\$ 4.950,00	R\$ 49.500,00
Fabricação de papel e celulose	Suzano	15	R\$ 4.950,00	R\$ 74.250,00

39. Quanto à inviabilidade de enviar todos os documentos referentes a objetos idênticos e mesmo CNPJ, a empresa se manifestou da seguinte forma:

[...]

...quanto a quantidade de pessoas para os cursos da Suzano e da Papirus, esta informação encontra-se na página 3 da pré proposta enviada pela Tatiana em 5/06, no item 10. Anexos. O título, de ambostreinos, é

³⁸ **ADG nº 14/2022, Art. 14, [...] § 6º** A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado: [...] **Inciso II** – por meio da comprovação da **regularidade** de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas.[...] **§ 8º** Caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância do inciso II do § 6º deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos idôneos que comprovem a execução ou o fornecimento, por parte da própria proponente, de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido, o que deverá ser aferido pelo Órgão Técnico. **§ 9º** Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretensa contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Executiva de Contratações

Fabricação de papel e celulose, no valor unitário de R\$4950,00/participante. Quanto a ter 3 documentos em nosso nome, como explicado também na página 3 da pré proposta enviada, se deve ao fato de que, por termos um SENAI local, por determinação de nossa sede, é este quem emite a NF, mesmo o curso tendo sido ministrado por docente nosso.

Não temos outra NF para anexar. Caso estas explicações não sejam suficientes, por favor me informe, pois já estamos programados para realizar este curso aqui e, caso não seja possível, ainda temos tempo de abrir turma local.

[...]

NF e Nota de Empenho Senado 2023 NF Papyrus – 1 turma com 10 alunos (parcelamento em 6x e sem pedido e compra), total R\$ 49.500,00, ou seja, R\$ 4.950,00 por participante. NF's Suzano – 2 turmas com 15 alunos cada e seus respectivos pedidos de compras. Cada turma R\$ 74.250,00, totalizando R\$ 148.500,00. Ou seja, R\$ 4.950,00 por participante. OBS: As Notas foram emitidas pela unidade Senai local (Americana) onde as empresas estão localizadas. É um procedimento interno do SENAI e a receita gerada é destinada a unidade Senai que ministrou os cursos. Ou seja, Senai Theobaldo De Nigris.³⁹

40. Nesse contexto, o Órgão Técnico aferiu a similaridade entre os objetos e assim se manifestou⁴⁰:

[...]

Por todo o exposto, considerando a necessidade de dar continuidade à instrução, e ainda à luz das notas encaminhadas e as justificativas apresentadas, manifestarmos-nos favoravelmente o valor cobrado.

[...]

41. Verifica-se, então, que resta atendida a exigência prevista no inciso II do § 6º do artigo 14 do ADG nº 14/2022 c/c § 8º do mesmo artigo.

42. A ADVOSF também se manifestou quanto à justificativa do preço, tendo registrado à p.15 de seu parecer⁴¹, in verbis:

A coerência interna do preço, por sua vez, não pôde ser evidenciada nos moldes definidos no inciso II do § 6º (apresentação de 3 documento idôneos referentes ao mesmo objeto), no entanto, o § 8º do artigo 14 admite a apresentação de 3 documentos idôneos referentes a **objetos semelhantes**, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade com o objeto pretendido e, nesse sentido, em cumprimento ao descrito, a proponente apresentou 1 (uma) Nota de Empenho e 9 (nove) Notas Fiscais, emitidas no período de julho de 2023 a maio de 2024, referentes a objetos semelhantes (doc. Nº 00100.105964/2024-09-2, p. 7 a 19),

³⁹ Manifestação da empresa: NUP 00100.105964/2024-09-1.p2.

⁴⁰ Despacho nº 312/2024-COAFI/ILB: NUP 00100.105964/2024-09.

⁴¹ Parecer nº 452/2024-ADVOSF: NUP 00100.115971/2024-19.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

bem como apresentou explicações acerca dos documentos apresentados (doc. nº 00100.105964/2024-09-1, p. 2). Ressalta-se que a Coordenação Administrativa e Financeira – COADFI, do ILB, manifestou-se favoravelmente ao valor cobrado (doc. nº 00100.105964/2024-09).

A Coordenação de Controle e Validação de Processos – COCVAP, por sua vez, entendeu que os procedimentos adotados pelo órgão técnico estão em conformidade com o inciso I do § 6º e § 8º, todos do art. 14 do ADG nº 14/2022, razão pela qual os **ratificou** (doc. nº 00100.107247/2024-11). Considerando toda a documentação juntada e as manifestações da empresa e do ILB, há elementos que indicam o atendimento ao **inciso VII**. Cabe à autoridade avaliá-los e decidir.

[...]

43. Assim, entende-se que o valor ofertado é razoável, e que sua regularidade pode ser observada em relação a curso similar realizado pelo Senado Federal em Julho de 2023. Apesar do valor cobrado ter sido inferior ao cobrado atualmente, é necessário considerar a inflação e a quantidade superior de participantes, fatores que interferem na diferença de preço entre o curso de 2023 e este a ser contratado em 2024. Considera-se, então, que o preço está devidamente justificado, em atendimento ao inciso VII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e aos §§ 6º e 7º do art. 14 do ADG nº 14/2022.

44. A ADVOSF também se manifestou quanto ao que dispõe o inciso I, art.24, do anexo V do RASF que veda o afastamento para a participação de ocupantes de cargos em comissão em atividades de extensão nos seis meses que antecedem ao encerramento do mandato da Comissão da Mesa Diretora, questão sinalizada pelo SEDDEV⁴²:

[...]esta Advocacia entende que o presente caso possui característica única que não se subsume em sua totalidade ao conceito normativo do inciso I do artigo 24 do Anexo IV do RASF, uma vez que o curso tem início no mandato da atual Comissão Diretora (29/07/2024) e se encerra no dia 2 de agosto de 2024, ficando, portanto, dois dias em período proibitivo. **Diante da situação *sui generis* apresentada e o curto período do curso pretendido, levando-se em consideração o princípio da razoabilidade e a previsão contida no artigo 65 do Anexo IV do RASF, entendemos que compete à Diretora-Geral decidir acerca da possibilidade ou não da participação dos servidores no curso pretendido.**

[...]

45. Por meio do Despacho nº 2533/2024-DGER⁴³ autorizou a participação dos servidores no treinamento externo **“considerando o curto período do curso pretendido, o princípio da razoabilidade e a previsão contida no artigo 65 do Anexo IV do RASF”**.

46. Quanto ao pedido de *Seguro Saúde* presente na *Solicitação de Treinamento Externo*, faz-se necessário esclarecer que trata de objeto contratado pela casa, por meio do Edital

⁴² Despacho nº 1579/2024-SEDDEV/COAPES/SEGP: NUP 00100.098450/2024-81.

⁴³ Despacho nº 2533/2024-DGER: NUP 00100.118272/2024-12.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

do Pregão Eletrônico nº 90/2023⁴⁴ e Contrato nº 2023/189⁴⁵, para fornecer Seguro Saúde a servidores e parlamentares em viagens oficiais internacionais, e participantes do Programa Jovem Senador e Estágio-Visita nas viagens nacionais, não havendo cobertura para o presente caso de viagem nacional de servidor.

47. **Ante todo o exposto**, diante das manifestações técnicas e jurídicas, expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, **esta Assessoria Técnica**, no exercício da competência prevista no inciso I do parágrafo único do art. 15 do Regulamento Orgânico-Administrativo do Senado Federal – ROA⁴⁶, **não vislumbra óbice à presente contratação**, razão pela qual se encaminha o presente processo para decisão, nos termos do artigo 9º, incisos III, IV e IX e XI, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal – RASF⁴⁷, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora – ATC nº 14/2022, c/c inciso XI do art. 1º do Ato da Diretoria-Geral – ADG nº 33/2017⁴⁸.

48. Em caso de aprovação das justificativas apresentadas no Termo de Referência acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, e desde que entenda justificados a razão da escolha do fornecedor e o valor ofertado, é necessário que sejam aprovados o Termo de Referência constante do NUP 00100.106012/2024-02; que sejam autorizadas a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 e a despesa dela decorrente; que seja determinada a emissão da competente Nota de Empenho a qual será documento substitutivo ao contrato, com fulcro no art. 9º do Anexo III do ADG nº 14/2022 c/c art. 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem

⁴⁴ **Edital do Pregão Eletrônico nº 90/2023**: NUP 00100.182773/2023-71

⁴⁵ **Contrato nº 2023/0189**: NUP 00100.188624/2023-16

⁴⁶ **ROA, Art. 15, parágrafo único, inciso II** – à Assessoria Técnica compete prestar assessoramento técnico à Diretoria-Executiva de Contratações mediante análises e estudos técnicos; elaborar pareceres, e sugerir soluções à luz da legislação pertinente e das normas internas, mediante elaboração dos respectivos despachos, instruções e decisões; providenciar sobre o expediente, audiências e a representação de seu titular; auxiliar e assessorar o seu titular no desempenho de suas atividades; receber, controlar e distribuir o material, o expediente e os processos; executar trabalhos técnicos; organizar e consolidar dados estatísticos; preparar minutas de correspondências oficiais a serem expedidas; e executar outras atribuições correlatas;

⁴⁷ **RASF, Anexo V, Art. 9º** No âmbito das contratações do Senado Federal, compete ao titular da Diretoria-Geral: [...] **Inciso III** – autorizar as despesas do Senado Federal; **Inciso IV** – aprovar os Estudos Técnicos Preliminares, os Projetos Básicos, os Termos de Referência, as minutas de edital, os contratos, as atas de registro de preços, os termos aditivos e as demais avenças das contratações do Senado Federal; [...] **Inciso IX** – designar para todo contrato, convênio, ajuste ou protocolo, um gestor e um substituto, ou comissão de gestão, indicados pelo titular da área interessada; [...] **Inciso XI** – autorizar a realização de contratação direta nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação cujo valor seja inferior a: **a)** R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; e **b)** R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para bens e serviços em geral;

⁴⁸ **ADG nº 33/2017, Art. 1º** Ficam delegadas as seguintes competências administrativas ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES e ao titular da DIRETORIA-EXECUTIVA DE GESTÃO, as quais poderão ser praticadas concorrentemente com o titular da Diretoria-Geral: [...] **Inciso XI** – realizar os atos previstos no art. 9º, do Anexo V ao Regulamento Administrativo do Senado Federal, exceto os disciplinados nos seus incisos XII e XIII.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

como considerando o entendimento exarado no Parecer nº 157/2024 - ADVOSF⁴⁹; e que sejam designados os gestores e fiscais indicados no Termo de Referência.

Brasília, 17 de julho de 2024.

Respeitosamente,

Revisão:

(assinado digitalmente)
DAYANE FERREIRA DE OLIVEIRA
Matrícula 261431

(assinado digitalmente)
JULIANA DE CÁSSIA SOARES
Assessora Técnica

⁴⁹ **Parecer nº 157/2024-ADVOSF:** NUP 00100.039158/2024-27. Trata da substituição de instrumento contratual por Nota de Empenho.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

De acordo. Adoto a análise como razão de decidir.

Considerando que os requisitos formais exigidos pelo artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 foram atendidos ou serão atendidos oportunamente, conforme informado pela Assessoria Técnica;

Considerando as justificativas acerca da necessidade da contratação e da quantidade solicitada, apresentadas pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, unidade administrativa que detém a expertise temática para o objeto conforme preconizado pelo art. 5º do ADG nº 14/2022 e definições constantes do Anexo I;

Considerando a justificativa do valor ofertado ao Senado Federal, verificada na forma dos §§ 5º a 9º do art. 14 do ADG nº 14/2022;

Considerando a análise jurídica realizada pela ADVOSF, consoante ao disposto no art. 22 do ADG nº 14/2022;

Considerando a análise de disponibilidade orçamentária realizada pela SAFIN, em respeito ao art. 23 do ADG nº 14/2022;

Considerando a instrução realizada pela SADCON, em observância ao § 2º do art. 54 do ADG nº 14/2022; e

Considerando a incidência da hipótese delineada na alínea *f* do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021;

Acolho a análise da Assessoria Técnica da Diretoria-Executiva de Contratações e demais informações constantes dos autos e, no exercício das competências estabelecidas pelo RASF, consolidado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017, delibero nos seguintes termos:

- a. **APROVO**, consoante ao disposto no inciso IV do artigo 9º do Anexo V do RASF, o Termo de Referência constante do NUP 00100.106012/2024-02;
- b. **AUTORIZO**, conforme o inciso IX do artigo 9º do Anexo V do RASF, e com fulcro na alínea *f* do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta por inexigibilidade de licitação ora pretendida;
- c. **AUTORIZO**, de acordo com o inciso III do art. 9º do Anexo V do RASF, a realização da despesa no valor total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), bem como a emissão de passagens aéreas e a concessão de diárias aos servidores autorizados pela Diretoria-Geral a participarem da ação de capacitação contratada;
- d. **DETERMINO**, em observância ao inciso I do art. 13 do Anexo V do RASF, a emissão da Nota de Empenho em favor da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, CNPJ nº 03.774.819/0014-19, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais); e
- e. **DESIGNO**, segundo o inciso IX do artigo 9º do Anexo V do RASF, conforme indicado pelo Órgão Técnico no Termo de Referência, Aníbal Moreira Júnior, matrícula 106255 e Marcelo Brandão de Araújo, matrícula 38330, como gestores titular e substituto, respectivamente, e Roberto Ricardo Carlos Grosse Júnior,





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

matrícula 255960 e Priscila Rocha Gomes de Souza, matrícula 328770 como fiscal titular e substituto, respectivamente, para acompanhamento do ajuste que se originar deste processo.

f. **DETERMINO** que seja autorizada a pré-avença nº 5108 no Sistema de Gestão de Contratos - Gescon.

Encaminhem-se os autos à COCDIR, para atendimento ao parágrafo único do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021; após, à COEXECO, para emissão da competente Nota de Empenho; em sequência à COADFI, para processamento das inscrições e acompanhamento da execução do pagamento; ao SEGPAVI para prestação de contas prevista no art. 17 do ADG 21/2014; e, por fim, ao SETREINA para análise do atendimento ao art. 32 Anexo IV do RASF.

Concomitantemente, encaminhem-se vias do presente documento, com o Despacho nº 2533-DGER anexo, à Assessoria Administrativa da Diretoria-Geral – AADGER, para publicação da autorização de afastamento dos servidores e da Portaria de Designação de Gestores; ao SEGPAVI, para emissão de passagens aéreas; e à COEXEFI, para concessão de diárias.

(assinado digitalmente)

MATHEUS MATOSO DE OLIVEIRA
Diretor-Executivo de Contratações *em exercício*





SENADO FEDERAL
Diretoria-Executiva de Contratações

PORTARIA DA DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

Nº 0209, de 17 de julho de 2024

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL em exercício, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, c/c o art. 1º, inciso XI, do Ato da Diretoria-Geral nº 33/2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00200.008623/2024-50,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Aníbal Moreira Júnior, matrícula 106255 e Marcelo Brandão de Araújo, matrícula 38330, como gestores titular e substituto, respectivamente, e Roberto Ricardo Carlos Grosse Júnior, matrícula 255960 e Priscila Rocha Gomes de Souza, matrícula 328770 como fiscais titular e substituto, respectivamente, do ajuste que se originar do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de julho de 2024.

(assinado digitalmente)

MATHEUS MATOSO DE OLIVEIRA
Diretor-Executivo de Contratações *em exercício*

